

## PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS ESTADUAIS ESTADIC 2024

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA COLETA						
1 - Nome do responsável pela coleta:						
2 - SIAPE: 3 - Telefone do responsável pela coleta: 4 - Data de início da coleta: 5 - Data do término da coleta:						
IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO						
1 - UF: 2 - Nome do estado:						
PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO						
1 - As definições e esclarecimentos de itens ou expressões em alguns quesitos constam no próprio questionário. Esclarecimentos						
adicionais podem ser obtidos com o Técnico do IBGE, responsável pela coleta das informações.  2 - Somente utilize abreviaturas nos casos em que os campos disponíveis nos quesitos não sejam suficientes para o preenchimento por						
extenso.  3 - Em alguns quesitos, existem instruções que determinam uma sequência e que se apresentam na forma de comandos ou setas, indi-						
cando de acordo com o item assinalado, o próximo quesito a ser preenchido.						
4 - O campo de observações deve ser utilizado para complementar a informação dos quesitos.						
5 -Todas as informações devem referir-se ao ano de 2024, exceto aquelas com datas referidas no próprio quesito.						
6 - O questionário é dividido em blocos temáticos e, dentro deles, pode haver algum número de quesito que está faltando na sequência.						
7 - No final de todos os blocos temáticos há um quesito de preenchimento obrigatório, que se refere à identificação do informante.						
INFORMAÇÕES DO GOVERNO ESTADUAL						
1 - CNPJ: 2 - Telefone: 2 - Telefone:						
3 - Logradouro:						
4 - Número: 5 - Complemento: 6 - Bairro: 7 - CEP:						
8 - Nome do responsável pela informação:						
9 - Cargo do responsável pela informação:						
10 - Telefone do responsável pela informação:						
OBSERVAÇÕES						

		RECURSO	S HUMANOS				
1 - Registre a quantidade	de pessoas ocupadas na	administração direta estad	dual, conforme discriminaç	ção abaixo:			
Estatutários são	os servidores regidos pel	o Regime Jurídico Único (	RJU).				
		ão das Leis do Trabalho (C	•		a comente e corre		
comissionado que	e exercem.	-		efetivo. Têm como vínculo			
Sem vínculo per	manente são os cedidos	por órgãos públicos, os pr	estadores de serviços aut	ônomos, os voluntários, de	ntre outros.		
Estatutários	Estatutários Celetistas Somente Estagiários Sem vínculo permanente Total						
1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6		
2 - Existe administração	indireta estadual? 1	Sim 2 Não (p	passe para o quesito 4)				
3 - Registre a quantidade	e de pessoas ocupadas na	a administração indireta po	or vínculo empregatício:				
Estatutários	Celetistas	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente	Total		
3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6		
4 - Existe no quadro da a identificar a quantidad	administração direta, regis de de servidores por cor/ra	tro para 1 Sin ıça?	n 2 Não 3	Não sabe informar			
5 - Houve nos <b>últimos 2</b> 4 administração direta p	4 meses concurso realizado de pesso de	do pela al? 1 Sim	2 Não (passe para	o quesito 7)			
6 - No edital do concurso	realizado nos últimos 24	4 meses houve reserva de	e vagas para: (admite mú	ltipla marcação)			
6.1 Pessoas negras 6.2 Quilombolas 6.3 Indígenas 6.4 Ciganos							
6.5 Não sabe informar 6.6 Não houve reserva de vagas							
7 - Houve contratação de pessoal <b>nos últimos 24 meses</b> ? 1 Sim 2 Não 3 Não sabe informar							
8 - A pessoa responsáv	el pela informação foi ider	ntificada em outro bloco:					
1 Sim, no bloco							
8.1 - No	ome do responsável ela informação:						
2 Não 8.2 - Ca	rgo:						
8.3 - Telefone:							
OBSERVAÇÕES							

INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO (Continua)							
1 - Quais as formas de atendimento à distância disponibilizadas ao público pelo governo estadual? (admite múltipla marcação)							
Considere como telefone exclusivo um número de telefone específico para atendimento do público em geral.							
1.1 Correio 1.2 Jornais 1.3 Website 1.4 WhatsApp							
1.5 Telefone 1.6 Telefone exclusivo 1.7 Outros 1.8 Não disponibiliza							
4 - Qual o tipo de conexão com à Internet disponibilizado para acesso a internet pela maior parte dos computadores do governo estadual?							
1 Via cabo ou fibra ótica 2 Via modem 3G, 4G ou 5G 3 Via linha telefônica (DSL) 4 Via rádio							
5 Via satélite 6 Acesso discado/conexão discada 7 Nenhuma 8 Não sabe informar							
6 - No governo estadual existe estrutura organizacional para a área de Tecnologia da Informação (TI)? 1 Sim 2 Não (passe para o quesito 8)							
7 - Das pessoas que trabalham atualmente na área de tecnologia da informação, há: (admite múltipla marcação)							
7.1 Funcionários efetivos do próprio governo 7.2 Servidores cedidos de outro órgão público (cedidos da administração indireta ou de outra esfera pública) 7.3 Estagiários							
7.4 Cargo(s) comissionado(s) de livre nomeação 7.5 Terceirizados 7.6 Consultores 7.7 Outros 7.8 Não sabe informar							
8 - No governo estadual existe Centro de Processamento de Dados (CPD)? 1 Sim 2 Não							
Centro de Processamento de Dados (CPD) é o local físico onde são encontrados todos os servidores e serviços de tecnologia. É também conhecido como <i>data center</i> .							
9 - Foi desenvolvido software para atender necessidade específica do governo estadual nos últimos 12 meses? (admite dupla marcação)							
NÃO CONSIDERAR O DESENVOLVIMENTO DE UM PRODUTO A PARTIR DE SOFTWARE/APLICATIVO EXISTENTE, COMO BANCO DE DADOS.							
9.1 Sim, para funcionamento interno ou atendimento a servidores do governo estadual 9.2 Sim, para atendimento a sociedade 9.3 Não							
10 - A página na Internet do governo estadual está:							
1 Ativa 2 Em elaboração (passe para o quesito 13) 3 Em manutenção ou reestruturação 4 (passe para o quesito 13)							
11 - Endereço da página na Internet:							
w w w .							
12a - Os serviços informativos disponibilizados atualmente para o público em geral na página da Internet são: (admite múltipla marcação)							
Serviços informativos do estado e notícias (localização de logradouros, endereços úteis, turismo, trânsito, clima, etc.)  Serviços informativos do estado e notícias (localização de logradouros, endereços úteis, turismo, trânsito, e formulários e formulários e formulários							
12a.5 Legislação estadual 12a.6 Finanças públicas 12a.7 Concursos públicos (informações, editais) Nenhum dos relacionados							
12b - Dentre os serviços disponibilizados atualmente para o público em geral na página da Internet são: (admite múltipla marcação)							
Ouvidoria e serviços de atendimento ao cidadão  12b.2 Download de documentos ou formulários  12b.3 Consulta a processos/ acompanhamento de protocolos							
12b.4 Delegacia eletrônica 12b.5 Cadastramento de fornecedores 12b.6 Emissão de certidão negativa de débito							
12b.7 Emissão de Nota Fiscal Eletrônica 12b.8 Matrícula escolar na rede pública online 12b.9 Agendamento de consulta e exame na rede pública de saúde							
Emissão de guia de pagamento de tributos  Emissão de documentos como licenças, certidões, permissões e outros documentos de tributos							
12b.12 Pesquisa de satisfação relacionada aos serviços prestados pelo estado 12b.13 Nenhum dos relacionados							
13 - O governo estadual possui perfil ou conta própria em alguma das seguintes plataformas online: (admite múltipla marcação)							
13.1 Facebook 13.2 Instagram 13.3 YouTube 13.4 Vimeo 13.5 Telegram 13.6 Whatsapp							
13.7 Twitter 13.8 Tik Tok 13.9 Não possui (passe para o quesito 16)							

23.4

23.5

políticas públicas, orçamento, etc.

Não disponibilizou nenhuma das formas mencionadas acima

INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO (Continua)						
32 - A área de comunicação está responsável por quais funções? (admite múltipla marcação)						
32.1 Disseminação da aplicação da Lei de acesso à informação (LAI) e orientações de como o governo estadual pode atender a população						
Disseminação da aplicação da Lei geral de proteção de dados pessoais (LGPD) e orientações para a população de como o governo estadual cumpre a LGPD						
32.3 Disseminação de canais de acesso e facilidades de atendimento para a população						
32.4 Gerenciamento de canais de comunicação para a divulgação e prestação de contas da gestão estadual						
32.5 Gestão ou participação nos canais de atendimento direto à população (solicitação de serviço, reclamações, etc.)						
32.6 Serviços tradicionais de comunicação (publicidade, relações públicas, assessoria de impressa, conteúdos internet, eventos, etc.)						
32.7 Nenhuma das funções citadas 32.8 Não sabe informar						
33 - O governo estadual faz licitações para contratar serviços de comunicação?						
1 Sim 33.1 - Quais serviços? (admite múltipla marcação)						
33.1.1 Publicidade 33.1.2 Promoção de eventos 33.1.3 Assessoria de imprensa e divulgação						
33.1.4 Produção de fotos 33.1.5 Produção de vídeos 33.1.6 Produção de produtos para o rádio						
Produção de produtos para a televisão 33.1.8 Gestão do site						
33.1.9 Atuação na web e redes sociais 33.1.10 Nenhum dos serviços citados 33.1.11 Não sabe informar						
2 Não (passe para o quesito 35)						
34 - As contratações são feitas:						
34.1 Licitação por pregão eletrônico 34.2 Licitação por edital técnico e preço 34.3 Licitação com dispensa de inexibilidade 34.4 Concorrência						
34.5 Tomada de preços 34.6 Convite 34.7 Nenhuma das modalidades citadas 34.8 Não sabe informar						
35 - O governo estadual mantém canal de televisão, de rádio, ou qualquer outro conteúdo áudio visual no Youtube ou outra plataforma?  1 Sim 2 Não						
36 - O orçamento destinado para comunicação é utilizado para: (admite múltipla marcação)						
36.1 Propaganda 36.2 Organização de eventos 36.3 Impulsionamento nas mídias sociais 36.4 Divulgação jornalística						
36.5 Não tem orçamento destinado a comunicação 36.6 Nenhum dos itens citados 36.7 Não sabe informar						
37 - A pessoa responsável pela informação foi identificada:						
1 Sim, no bloco						
37.1 - Nome do responsável						
2 Não <b>3</b> 7.2 - Cargo:						
37.3 - Telefone: Assinatura:						
OBSERVAÇÕES						

## ACESSO À INFORMAÇÃO

	te legislação est ade com a Lei de			beleça proced	limentos	e providêr	ncias pa	ıra garan	itir o dire	eito de	acesso	à inform	ação públ	lica em co	nfor-
	<b>de Acesso à In</b> os e entidades p											a solicit	ar e receb	er dos ór-	
1	Sim -	1.1 - Lei	ou decreto/ano:	<b>→</b>	1.2 -	Local da p nite dupla	ublicaç	ão:	1.2.1	Diá	ário Ofici	al impre	esso		
				/	(adn	nite dupla	marcaç	;ao)	1.2.2	Dia	ário Ofic	ial na In	ternet		
2	Não (pass	e para o q	uesito 3)												
2 - A le	gislação estadua	al que regu	ılamenta a Lei d	e Acesso à In	formaçã	o: (admite	múltip	la marca	ação)						
2.1	Estabelece pr à informação	razo de ate pública igu	endimento de pe ual ou inferior a	edido de aces 20 dias corrid	so os		2.2				os de cla em âmb				
2.3			onitoramento pai rmação pública	ra implementa	ıção		2.4				de mon		nto das aç olica	ções	
2.5			elatório de moni de acesso à in			ıações	2.6				nstância e demar		al interna		
2.7			cursal <b>autônom</b> I <b>ue proferiu a d</b>			1	2.8						eclamação dos de info		
	quais meios o g ormação: <b>(admi</b>			aos cidadãos	s realizai	r solicitaçã	o de ac	esso à in	ıformaç	ão púb	lica com	base na	a Lei de A	cesso	
	ATENÇÃO:	NÃO CON	SIDERAR FOR	MAS DE ATE	NDIMEN	ITO QUE	APENA	S ORIEN	ITEM O	U RED	IRECIO	NE AS	SOLITAÇ	ÕES.	
3.1	Em local com	n condiçõe:	s para atender e	e orientar o pú	ıblico qu	anto ao ac	esso a i	nformaç	ões púb	licas (	Serviço (	de Inforr	nação ao	Cidadão -	- SIC)
3.2	Internet	3.3	Telefone	3.4 C	arta	3.5	Outr	о	3.6	Não	disponi	biliza			
	ve solicitação de , <b>no ano de 202</b>												em geral, formação:		stas
1	Sim 2	Não				1 Pe	rguntas	e respo	stas	2 8	Somente	as resp	ostas 3	Não p	oublica
	overno estadual nplementar 131/		za informações	pormenorizad	das sobre	e sua exec	ução or	çamentá	ıria e fin	anceir	a (em at	endimer	nto à Lei		
lizem, <b>Libera</b> subsec	omplementar 13 em tempo real, ação em tempo quente à data do sários ao seu ple	informaçõe real refere o registro c	es pormenorizad e à disponibilizad contábil no respe	las sobre sua ção das inforn	execuçã nações e	ăo orçamei em meio ele	ntária e etrônico	financeir que pos	a. sibilite a	amplo	acesso ¡	oúblico,	até o prim	eiro dia út	til
1	Sim	6.1 - Em	tempo real?	6.2	- Local c	nde dispo	nibiliza:	(admite	múltip	la mar	cação)				
2	Não	1 S	Sim 2 Não	o	Desco	nsiderar lo		e é feito a	apenas	redired	cioname	nto.			
					6.2.1	Na págir na intern		6.2.2	No po	rtal arência	a 6.	2.3	Em outro website		
Orç	relação à public	nações orç	amentárias do e	estado (Plano	Plurianu	•	-		- ,	entária	- LDO, (	Orçameı	nto Anual -	- LOA).	

**Receitas** são todos os recursos financeiros que o estado recebe. **Despesas** são todos os gastos feitos pelo estado.

Balanços publicações dos balanços, demonstrativos e demais relatórios contáveis.

Prestação de contas da Lei de Responsabilidade Fiscal prestação de contas do estado.

Compras e licitações consulta das licitações, processos de compra e contratações concluídas e/ou em andamento.

		Formato				
Dados gerais	CVS, ODS, XLS, DOC	PDF ou imagem	Outro tipo de arquivo	Não publica		
7.1 - Orçamentos	7.1.1	7.1.2	7.1.3	7.1.5		
7.2 - Receitas	7.2.1	7.2.2	7.2.3	7.2.5		
7.3 - Despesas	7.3.1	7.3.2	7.3.3	7.3.5		
7.4 - Balanços	7.4.1	7.4.2	7.4.3	7.4.5		
7.5 - Prestação de contas da Lei de Responsabilidade Fiscal	7.5.1	7.5.2	7.5.3	7.5.5		
7.6 - Compras e licitações	7.6.1	7.6.2	7.6.3	7.6.5		
7.7 - Dados individualizados das remunerações e subsídios recebidos pelos servidores do governo estadual	7.7.1	7.7.2	7.7.3	7.7.5		

	GOVERNANÇA		(Continua)		
8 - O governo estadual possui em sua página na internet e/ou no po	ortal transparência as s	eguintes informações: (adı	nite múltipla marcação)		
Registro de competências: Informações sobre as atribuições e	atividades desempenh	adas pelas diversas unida	des/setores do governo.		
8.1 Registro de competências	8.2	Estrutura organizacional			
Endereços e telefones das respectivas unidades da estrutura organizacional	8.4	Horários de atendimento da estrutura organizacion			
8.5 Quantitativo do pessoal ocupado por vínculo empregatício	8.6	Dados gerais para o acor ações, projetos e obras d	mpanhamento de programas, le órgãos e entidades		
8.7 Informações concernentes a procedimentos licitatórios, in	clusive os respectivos e	ditais e resultados, bem co	omo a todos os contratos celebrados		
8.8 Respostas às perguntas mais frequentes da sociedade, ta	mbém conhecido como	FAQ ou 'Perguntas Frequ	entes'.		
Registro de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros 8.10	Nenhuma das informa	ações citadas 8.11	Não possui página na internet ou portal transparência		
COI	NTROLE INTERNO	)			
9 - No governo estadual existe estrutura organizacional responsável	pelo controle interno?				
Controle interno é um instrumento de gestão para auxiliar a orçamentários, etc.). Concerne estruturas, normas, procedimo órgão ou poder. Deve auxiliar a execução de programas e belecidos, podendo ser realizado de forma preventiv	entos e rotinas operacio ser direcionado à con	onais que acompanham as reção de eventuais desvid	decisões, fatos e registros de os quanto a parâmetros esta-		
1 Sim, instituída por instrumento legal 9.1 - Qual o in	nstrumento?	9.2 - Número/Ano:			
2 Sim, sem instrumento legal 1 Lei	2 Decreto		, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,		
3 Não (passe para o quesito 17) 3 Portaria	a 4 Outro				
10 - Como caracteriza-se a estrutura organizacional responsável pelo controle interno:  Considere como estrutura organizacional a unidade do governo estadual que trata do tema, podendo ou não ser de primeiro escalão. Considere como secretaria a unidade organizacional do governo estadual de primeiro escalão, cuja denominação pode variar de acordo com a forma de organização de cada prefeitura, podendo ser chamada de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outros. Setor é a parte organizacional do governo sem status de secretaria, ou seja, que não faz parte do primeiro escalão do governo estadual.  1					
11 - A que secretaria ou setor a área de controle interno está associ	ada ou subordinada: <b>(a</b>	dmite múltipla marcação	)		
11.1 Administração 11.2 Finanças/Fazenda/C	Orçamento 11.3	Planejamento/Gestão			
11.4 Contabilidade 11.5 Justiça	11.6	Outra			
12 - Nome do órgão gestor responsável pelo controle interno:  Considere como órgão gestor a unidade organizacional do go podendo variar de acordo com a forma de organização de cad	verno estadual de <b>prim</b> la governo, podendo tal	eiro escalão, comumente nbém ser chamada de Div	denominada de <b>secretaria</b> , isão, Diretoria, dentre outras.		
13 - Existe pessoal ocupado especificamente nas atividades de controle interno? 1 Sim 2 Não (passe para o quesito 15)					
14 - Total do pessoal ocupado especificamente nas atividades de controle interno: 1 2 Não sabe informar					
15 - O responsável pela área de controle interno é:  1					
16 - Qual a formação de nível superior do(a) responsável pela área					
		Direito			
	oossui formação de níve				

21.1 Tribunal de Contas e/ou Ministério Público 21.3 Não procedeu nenhuma comunicação de irregularidade 22.4 As ações de controle, nos últimos 24 meses, iniciou ou finalizou: (admite múltipla marcação)

22.1 Processo Administrativo Disciplinar – PAD

22.2 Processo Administrativo de Responsabilização - PAR

Tomada de Contas Especial – TCE (caso de identificação de situação de irregularidade, envolvendo potencial dano ao erário e/ ou desvio de verbas públicas)

23 - O controle interno tem informação publicada na internet? 1 sim 2 Não (passe para o quesito 25)  24 - Quais os serviços são disponibilizados na internet? (admite múltipla marcação)  24 1 Estrutura administrativa do órgão central de controle interno.  24 2 Informações institucionais sobre o órgão central de controle interno.  24 3 Consulta a salatisticas de processos disciplinares 24 4 Mecanismos para realização de denúncias anónimas ou sigiloses 24 5 Consulta para acompanhamento de denúncia 24 8 Cansulta de indicadores de desempenho de governo 24 8 Cansulta de indicadores de desempenho de governo 24 8 Cansulta de indicadores de desempenho de governo 25 Nos útimos 12 meses, uma ou mais ações de controle interno, 24 8 Legislaçõo especifica na área de controle interno 25 Nos útimos 12 meses, uma ou mais ações de controle levaram à ao menos uma ocorrência de: (admite múltipla marcação) 25 Nos útimos 12 meses, uma ou mais ações de controle levaram à ao menos uma ocorrência de: (admite múltipla marcação) 25 Nos útimos 12 meses, uma ou mais ações de controle levaram à ao menos uma ocorrência de: (admite múltipla marcação) 26 Nos útimos 12 meses, uma ou mais ações de controle levaram à ao menos uma ocorrência de: (admite múltipla marcação) 26 Nos útimos 12 meses, uma ou mais ações de controle levaram à ao menos uma ocorrência de: (admite múltipla marcação) 26 Nos útimos 12 meses, uma ocorrência de improbidade administrativa 25 A Receiva de productiva de activa de improbidade administrativa 25 Netural de activa de activa de improbidade administrativa 25 Netural de activa de activa de improbidade administrativa 25 Netural de activa de		GOVER	RNANÇ	ÇA	(Continua)
24.1 Estrutura administrativa do órigão central de controle infermo 24.2 Informações institucionais sobre o órigão central de controle infermo 24.3 Consulta a estatísticas de processos disciplinares 24.4 Mecanismos para realização de denúncias anónimas ou sigilosas 24.5 Consulta para a companhamento de denúncia 24.6 Consulta para a companhamento de denúncia 24.7 Produce garados pelos órigão central de controle interno. 24.8 Legislação supecificar a área de controle interno. 24.8 Legislação supecifica ará área de controle interno. 24.8 Legislação supecifica ará área de controle interno. 25.1 Aplicação de multas a servidor(es) devido a improbidade administrativa 25.1 Aplicação de surpões administrativas a servidor(es) devido a improbidade administrativa 25.2 Aplicação de surpões administrativas a servidor(es) devido a improbidade administrativa 25.3 Exoneração de servidor(es) devido a improbidade administrativa 25.5 Nenhuma ocorrância registrada  26.0 estado possui Conselho Estadual de Transparência ou similar?  ATENÇÃO: A COMISSÃO DE ACESSO A INFORMAÇÃO NÃO PODE SER CONSIDERADA COMO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA.  1 Sim   26.1 Leláno de criação: 22.2 o conselho 4:  1 Partiario 2 Imm maior representa- ção da sociedade civil representadades polo Conselho: (admitte múltipla marcação) 27.1 Consultivo 27.2 Deliberativo 27.3 Normativo 27.4 Fiscalizador  28. Quantidade da muniãos (grasanciais ou remotas) 29. Número de conselheiros (fillulares e suplentes):  29. Número de conselheiros (fillulares e suplentes):  20. O estado restiza capacitação para os membros do Conselho? 30.1 Periodicamente 30.2 Ocasionalmente 30.3 Não realiza (admite dupla marcação)  30. O estado resplação dos direitos da Los Geres de Proteção DE DADOS PESSOAIS (LGPD)  31. Não gabinete doção dos direitos da Los Geres de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1 Não gabinete doção Governador(a) 3 1.16 Telefone 31.1.7 Diádias 31.1.8 Dotação orçamentada propria do pesa implementação dos direitos da Los Geres de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1 Não	23 - O controle interno tem informação publicada na internet? 1	Sim	2 1	Não <b>(passe </b>	para o quesito 25)
24.3 Consulta para acompanhamento de denúncia 24.4 Mecanismos para realização de denúncias anônimas ou sigiloses 24.5 Consulta para acompanhamento de denúncia 24.6 Consulta de indicadores de desempenho do governo 24.5 Consulta para acompanhamento de denúncia 24.6 Consulta de indicadores de desempenho do governo 24.7 Producos gerados pelo órgão central de controle interno, la como relatórios, curificados e notas 12 meses, uma ou mais apões de controle levaram à ao menos uma ocorrência des (admite múltipla marcação) 25.1 Aplicação de multas a servidor(es) devido a improbidade administrativa 25.2 Aplicação de sanções administrativas a servidor(es) devido a improbidade administrativa 25.3 Exoneração de servidor(es) devido a improbidade administrativa 25.4 Researcimento ao eráno estadual 25.5 Nenhuma ocorrência registrada 26.0 estado possus Conseiho Estadual de Transparência ou similar?  ATENÇÃO: A COMISSÃO DE ACESSO A INFORMAÇÃO NÃO PODE SER CONSIDERADA COMO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA. 1 Sim → 26.1 - Leviano de critoção: → 26.2 - O conseiho 6:  1 Partitrio 2 Tem maior representação de servidor de critoção: → 26.2 - O conseiho 6:  2 Não (passe para o quesito 32)  27 - Caráter do Conseiho: (admite múltipla marcação) 27.1 Consultivo 27.2 Deliberativo 27.3 Normativo 27.4 Fiscalizador realizadas pelo Conseiho nos bitinos 12 meses:  29 - Número de conseiheiros (titulares e suplentes):  31 - O estado disponibiliza Infraestrutura para o funcionamento do Conseiho?  1 Sim → 31.1 - Quais? (admite múltipla marcação)  21 Não 31.1.1 Sala própria 31.1.2 Computador 31.1.3 Impressora 31.1.4 Acesso à internet  31.1.5 Veliculo próprio 31.1.6 Telefone 31.1.7 Diárias 31.1.8 Delação orçamentária própria 31.1.9 Transportel Locomoção  LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)  32 - No governo estadual, eviste uma érea ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais (CDPD)  31 - Sim 2 Não (passe para o quesito 34) Não sobo (passe para o quesito 34)  31 - No departamento ou área	24 - Quais os serviços são disponibilizados na internet? (admite mú	últipla mar	rcação)		
24.5 Consulta para acompanhamento de denúncia 24.6 Consulta de indicadores de desempenho do governo 24.7 Produtos gerados pelo droglio certral de controle interno, 24.8 Legislação específica na área de controle interno (Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e outras)  25 - Nos últimos 12 meses, uma ou mais ações de controle levaram à ao menos uma ocorrância de: (admite múltipla marcação)  25 - Nos últimos 12 meses, uma ou mais ações de controle levaram à ao menos uma ocorrância de: (admite múltipla marcação)  25 - Nos últimos 12 meses, uma ou mais ações de controle levaram à ao menos uma ocorrância de: (admite múltipla marcação)  25 - Nos últimos 12 meses, uma ou mais ações de controle levaram à ao menos uma ocorrância de: (admite múltipla marcação)  25 - Securitação de servidor(es) devido a improbidade administrativa  25 - Questado possui Conselho Estadual de Transparência ou similar?  ATENÇÃO: A COMISSÃO DE ACESSO A INFORMAÇÃO NÃO PODE SER CONSIDERADA COMO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA.  1 Sim			24.2		es institucionais sobre o órgão central de controle
24.7 Produtos gerados pelo órgão central de controle interno.  24.8 Legislação especifica na área de controle interno (Leis, Decretos, Portarias, Resoluções e outras)  25 - Nos últimos 12 meses, uma ou mais ações de controle levaram à ao menos uma ocorrência de: (admite múltipla marcação)  25.1 Aplicação de multas a servidor(es) devido a improbidade administrativa 25.2 Aplicação de sanções administrativas a servidor(es) devido a improbidade administrativa 25.3 Exoneração de servidor(es) devido a improbidade administrativa 25.5 Nenhuma ocorrência registrada  26 - O estado possul Conselho Estadual de Transparência ou similar?  ATENÇÃO: A COMISSÃO DE ACESSO A INFORMAÇÃO NAO PODE SER CONSIDERADA COMO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA.  1 Sim 20.1 - Leivano de criação:  1 Partiário 2 Tem maior representação de sociedade civil 2 Não (passe para o quesito 32)  27 - Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)  27.1 Consultivo 27.2 Deliberativo 27.3 Normativo 27.4 Fiscalizador 28 - Quantidade de reuniões (presenciais ou remotas) 29 - Número de conselheiros (titulares e suplentes) 1 Sim 31.1.1 Sala própria 31.1.2 Computador 31.1.3 Impressora 31.1.4 Acesso à intermet 31.1.5 Veiculo proprio 31.1.8 Telefone 31.1.7 Diárias 31.1.4 Acesso à intermet 31.1.9 TransporteLocomoção  28 - No governo estadual, existe uma área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazanamento e uso de dados pessoais ou peia implementação das diretiroses da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)  30 - No governo estadual, existe uma área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1 No gabinete do(a) Governador(a) 2 No departamento jurídio ou procuradoria estadual 3 No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TII) 4 No Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento	24.3 Consulta a estatísticas de processos disciplinares		24.4	Mecanism	os para realização de denúncias anônimas ou sigilosas
24.7 tais como relatórios, certificados e notas  25. Nos últimos 12 meses, uma ou mais ações de controle levaram à ao menos uma ocorrência de: (admite múltipla marcação)  25.1 Aplicação de multas a servidor(es) devido a improblidade administrativa  25.2 Aplicação de sanções administrativa as servidor(es) devido a improblidade administrativa  25.3 Exoneração de servidor(es) devido a improblidade administrativa  25.4 Ressarcimento ao orário estadual  26.0 estado possui Conselho Estadual de Transparência ou similar?  ATENÇÃO: A COMISSÃO DE ACESSO A INFORMAÇÃO NÃO PODE SER CONSIDERADA COMO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA.  1 Sim   26.1 - Leívano de criação:  1 Partiário  2 Tem maior representatação des conselho: (admite múltipla marcação)  27.1 Consultivo  27.2 Deliberativo  27.3 Normativo  27.4 Fiscalizador  28.1 - Quantidade de reunifices (presenciais ou remotas)  29. Número de conselheiros (titulares e suplentes):  30. O estado realiza capacitação para os membros do Consolho?  31. O estado realiza capacitação para os membros do Consolho?  31. Sim   31.1. Quais? (admite múltipla marcação)  21. Não governo estadual, existe uma área ou possoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoals ou peia implementação das diretrizas da Lei Ceral de Proteção DE DADOS PESSOAIS (LGPD)  22. Não governo estadual, existe uma área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoals ou peia implementação das diretrizas da Lei Ceral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):  1 Sim 2 Não (passe para o quesito 34)  3 Não epartamento ou área de Tecnologia da Informação (TI)  4 Na Secretaria de Administração, Finanção su planejamento	24.5 Consulta para acompanhamento de denúncia		24.6	Consulta d	e indicadores de desempenho do governo
25.1 Aplicação de multas a servidor(es) devido a improbidade administrativa 25.2 Aplicação de sanções administrativas a servidor(es) devido a improbidade administrativa 25.3 Exoneração de servidor(es) devido a improbidade administrativa 25.5 Nenhuma ocorrência registrada 26 - O estado possui Conselho Estadual de Transparência ou similar?  ATENÇÃO: A COMISSÃO DE ACESSO A INFORMAÇÃO NÃO PODE SER CONSIDERADA COMO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA.  1 Sim		,	24.8		
Exoneração de servidor(es) devido a improbidade administrativa   25.4   Ressarcimento ao erário estadual	25 - Nos últimos 12 meses, uma ou mais ações de controle levaram	ı à ao men	os uma	ocorrência d	e: (admite múltipla marcação)
25.5 Nenhuma ocorrência registrada  26 - O estado possui Conselho Estadual de Transparência ou similar?  ATENÇÃO: A COMISSÃO DE ACESSO A INFORMAÇÃO NÃO PODE SER CONSIDERADA COMO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA.  1 Sim	25.1 Aplicação de multas a servidor(es) devido a improbida	de adminis	strativa	25.2	
26 - O estado possui Conselho Estadual de Transparência ou similar?  ATENÇÃO: A COMISSÃO DE ACESSO A INFORMAÇÃO NÃO PODE SER CONSIDERADA COMO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA.  1 Sim	25.3 Exoneração de servidor(es) devido a improbidade adr	ministrativa	1	25.4	Ressarcimento ao erário estadual
ATENÇÃO: A COMISSÃO DE ACESSO A INFORMAÇÃO NÃO PODE SER CONSIDERADA COMO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA.  1 Sim   26.1 - Lei/ano de criação:   26.2 - O conselho é:   1 Paritário   2 Tem maior representação governamental   3 Tem maior representação da sociedade civil   2 Não (passe para o quesito 32)  27 - Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)   27.1 Consultivo   27.2 Deliberativo   27.3 Normativo   27.4 Fiscalizador   28 - Quantidade de reuniões (presenciais ou remotas)   29 - Número de conselheiros (titulares e suplentes):   30 - O estado realiza capacitação para os membros do Conselho?   30.1 Periodicamente   30.2 O casionalmente   30.3 Não realiza (admite dupla marcação)  31 - O estado disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho?   1 Sim   31.1 Sala própria   31.1.2 Computador   31.1.3 Impressora   31.1.4 Acesso à internet   31.1.5 Veiculo próprio   31.1.6 Telefone   31.1.7 Diárias   31.1.8 Dotação orçamentária própria   31.1.9 Transporte/Locomoção  LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)  32 - No governo estadual, existe uma área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais ou pela implementação das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)   33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação de Dados Pessoais (LGPD)   33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação de Dados Pessoais (LGPD)   31 - No gabinete do(a) Governador(a)   2 No departamento jurídico ou procuradoria estadual   3 No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI)   4 Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento	25.5 Nenhuma ocorrência registrada				
2 Não (passe para o quesito 32)  27 - Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação) 27.1 Consultivo 27.2 Deliberativo 27.3 Normativo 27.4 Fiscalizador 28 - Quantidade de reuniões (presenciais ou remotas) 29 - Número de conselheiros (titulares e suplentes):  28 - Quantidade de reuniões (presenciais ou remotas) 29 - Número de conselheiros (titulares e suplentes):  30 - O estado realiza capacitação para os membros do Conselho? 30.1 Periodicamente 30.2 Ocasionalmente 30.3 Não realiza (admite dupla marcação)  31 - O estado disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho?  1 Sim 31.1 Sala própria 31.1.2 Computador 31.1.3 Impressora 31.1.4 Acesso à internet 31.1.5 Veículo próprio 31.1.6 Telefone 31.1.7 Diárias 31.1.8 Dotação orçamentária própria 31.1.9 Transporte/Locomoção  LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)  32 - No governo estadual, existe uma área ou pessoa responsável por procedimentos a políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais ou pela implementação das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?  1 Sim 2 Não (passe para o quesito 34) 3 Não sabe (passe para o quesito 34)  33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1 No gabinete do(a) Governador(a) 2 No departamento jurídico ou procuradoria estadual  3 No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI) 4 Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento	26 - O estado possui Conselho Estadual de Transparência ou similar	r?			
2 Não (passe para o quesito 32)  27 - Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação) 27.1 Consultivo 27.2 Deliberativo 27.3 Normativo 27.4 Fiscalizador  28 - Cuantidade de reuniões (presenciais ou remotas) 29 - Número de conselheiros (titulares e suplentes):  30 - O estado realiza capacitação para os membros do Conselho? 30.1 Periodicamente 30.2 Ocasionalmente 30.3 Não realiza (admite dupla marcação)  31 - O estado disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho?  1 Sim 31.1 Sala própria 31.1.2 Computador 31.1.3 Impressora 31.1.4 Acesso à internet 31.1.5 Veículo próprio 31.1.6 Telefone 31.1.7 Diárias 31.1.8 Dotação orçamentária própria 31.1.9 Transporte/Locomoção  LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)  32 - No governo estadual, existe uma área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais ou pela implementação das diretirzes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)  33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1 No gabinete do(a) Governador(a) 2 No departamento jurídico ou procuradoria estadual  3 No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI) 4 Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento	ATENÇÃO: A COMISSÃO DE ACESSO A INFORMAÇÃO NÃO	PODE SEF	R CONS	IDERADA C	OMO CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA.
2 Não (passe para o quesito 32)  27 - Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação) 27.1 Consultivo 27.2 Deliberativo 27.3 Normativo 27.4 Fiscalizador  28 - Quantidade de reuniões (presenciais ou remotas) 29 - Número de conselheiros (titulares e suplentes):  29 - Número de conselheiros (titulares e suplentes):  30 - O estado realiza capacitação para os membros do Conselho? 30.1 Periodicamente 30.2 Ocasionalmente 30.3 Não realiza (admite dupla marcação)  31 - O estado disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho?  1 Sim 31.1 - Quais? (admite múltipla marcação)  2 Não 31.1.1 Sala própria 31.1.2 Computador 31.1.3 Impressora 31.1.4 Acesso à internet  31.1.5 Veículo próprio 31.1.6 Telefone 31.1.7 Diárias 31.1.8 Dotação orçamentária própria 31.1.9 Transporte/Locomoção  LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)  32 - No governo estadual, existe uma área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais ou pela implementação das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?  1 Sim 2 Não (passe para o quesito 34) 3 Não sabe (passe para o quesito 34)  33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1 No gabinete do(a) Governador(a) 2 No departamento jurídico ou procuradoria estadual  3 No departamento ou área de Tecnologia da Informação (Ti) 4 Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento	1 Sim <b>2</b> 6.1 - Lei/ano de criação: <b>2</b> 6.2 - 0	O conselho	e:	Tem m	gior representa-
27 - Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação) 27.1 Consultivo 27.2 Deliberativo 27.3 Normativo 27.4 Fiscalizador  28 - Quantidade de reuniões (presenciais ou remotas) 29 - Número de conselheiros (titulares e suplentes):  30 - O estado realiza capacitação para os membros do Conselho? 30.1 Periodicamente 30.2 Ocasionalmente 30.3 Não realiza (admite dupla marcação)  31 - O estado disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho?  1 Sim		Paritário	0		
28 - Quantidade de reuniões (presenciais ou remotas)  29 - Número de conselheiros (titulares e suplentes):  30 - O estado realiza capacitação para os membros do Conselho? 30.1 Periodicamente 30.2 Ocasionalmente 30.3 Não realiza  31 - O estado disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho?  1 Sim	2 Não (passe para o quesito 32)				
realizadas pelo Conselho nos últimos 12 meses:  29 - Número de conselheiros (titulares e suplentes):  30 - O estado realiza capacitação para os membros do Conselho? 30.1 Periodicamente 30.2 Ocasionalmente 30.3 Não realiza  31 - O estado disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho?  1 Sim  31.1 - Quais? (admite múltipla marcação)  2 Não 31.1.1 Sala própria 31.1.2 Computador 31.1.3 Impressora 31.1.4 Acesso à internet  31.1.5 Veículo próprio 31.1.6 Telefone 31.1.7 Diárias 31.1.8 Dotação orçamentária própria  31.1.9 Transporte/Locomoção  LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)  32 - No governo estadual, existe uma área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais ou pela implementação das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?  1 Sim 2 Não (passe para o quesito 34) 3 Não sabe (passe para o quesito 34)  33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1 No gabinete do(a) Governador(a) 2 No departamento jurídico ou procuradoria estadual  3 No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI) 4 Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento	27 - Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação) 27.1 Co	onsultivo	27.2	Deliberati	vo 27.3 Normativo 27.4 Fiscalizador
(admite dupla marcação)  31 - O estado disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho?  1 Sim → 31.1 - Quais? (admite múltipla marcação)  2 Não 31.1.1 Sala própria 31.1.2 Computador 31.1.3 Impressora 31.1.4 Acesso à internet  31.1.5 Veículo próprio 31.1.6 Telefone 31.1.7 Diárias 31.1.8 Dotação orçamentária própria 31.1.9 Transporte/Locomoção  LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)  32 - No governo estadual, existe uma área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais ou pela implementação das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?  1 Sim 2 Não (passe para o quesito 34) 3 Não sabe (passe para o quesito 34)  33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1 No gabinete do(a) Governador(a) 2 No departamento jurídico ou procuradoria estadual  3 No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI) 4 Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento			29 - Núi	mero de cons	selheiros (titulares e suplentes):
1 Sim 31.1 - Quais? (admite múltipla marcação) 2 Não 31.1.1 Sala própria 31.1.2 Computador 31.1.3 Impressora 31.1.4 Acesso à internet 31.1.5 Veículo próprio 31.1.6 Telefone 31.1.7 Diárias 31.1.8 Dotação orçamentária própria 31.1.9 Transporte/Locomoção  LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)  32 - No governo estadual, existe uma área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais ou pela implementação das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?  1 Sim 2 Não (passe para o quesito 34) 3 Não sabe (passe para o quesito 34)  33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1 No gabinete do(a) Governador(a)  2 No departamento jurídico ou procuradoria estadual  3 No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI)  4 Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento		30.1 P	eriodica	mente 30.2	Ocasionalmente 30.3 Não realiza
2 Não 31.1.1 Sala própria 31.1.2 Computador 31.1.3 Impressora 31.1.4 Acesso à internet  31.1.5 Veículo próprio 31.1.6 Telefone 31.1.7 Diárias 31.1.8 Dotação orçamentária própria  31.1.9 Transporte/Locomoção  LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)  32 - No governo estadual, existe uma área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais ou pela implementação das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?  1 Sim 2 Não (passe para o quesito 34) 3 Não sabe (passe para o quesito 34)  33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1 No gabinete do(a) Governador(a) 2 No departamento jurídico ou procuradoria estadual  3 No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI) 4 Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento	31 - O estado disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do C	Conselho?			
31.1.5 Veículo próprio 31.1.6 Telefone 31.1.7 Diárias 31.1.8 Dotação orçamentária própria 31.1.9 Transporte/Locomoção  LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)  32 - No governo estadual, existe uma área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais ou pela implementação das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?  1 Sim 2 Não (passe para o quesito 34) 3 Não sabe (passe para o quesito 34)  33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1 No gabinete do(a) Governador(a) 2 No departamento jurídico ou procuradoria estadual  3 No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI) 4 Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento					
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)  32 - No governo estadual, existe uma área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais ou pela implementação das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?  1 Sim 2 Não (passe para o quesito 34) 3 Não sabe (passe para o quesito 34)  33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1 No gabinete do(a) Governador(a) 2 No departamento jurídico ou procuradoria estadual  3 No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI) 4 Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento	- ''	·			,
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)  32 - No governo estadual, existe uma área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais ou pela implementação das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?  1 Sim 2 Não (passe para o quesito 34) 3 Não sabe (passe para o quesito 34)  33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1 No gabinete do(a) Governador(a) 2 No departamento jurídico ou procuradoria estadual  3 No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI) 4 Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento		Telefone		31.1.7 D	árias 31.1.8 Dotação orçamentária própria
32 - No governo estadual, existe uma área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para a coleta, armazenamento e uso de dados pessoais ou pela implementação das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?  1 Sim 2 Não (passe para o quesito 34) 3 Não sabe (passe para o quesito 34)  33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1 No gabinete do(a) Governador(a) 2 No departamento jurídico ou procuradoria estadual  3 No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI) 4 Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento	31.1.9 Transporte/Locomoção				
ou pela implementação das diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)?  1 Sim 2 Não (passe para o quesito 34) 3 Não sabe (passe para o quesito 34)  33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1 No gabinete do(a) Governador(a) 2 No departamento jurídico ou procuradoria estadual  3 No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI) 4 Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)				
33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) está:  1  No gabinete do(a) Governador(a)					
No gabinete do(a) Governador(a)  No departamento jurídico ou procuradoria estadual  No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI)  No departamento jurídico ou procuradoria estadual  Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento	1 Sim 2 Não (passe para o quesito 34)	Não :	sabe (pa	sse para o	quesito 34)
No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI)  4 Na Secretaria de Administração, Finanças ou Planejamento	33 - A área ou pessoa responsável pelo projeto de implementação o	da Lei Gera	al de Pro	teção de Da	dos Pessoais (LGPD) está:
	1 No gabinete do(a) Governador(a)	2	2 N	o departame	nto jurídico ou procuradoria estadual
Na Controladoria ou Corregedoria estadual 6 Em comitê ou comissão estadual específica	No departamento ou área de Tecnologia da Informação (TI)	)	4 N	a Secretaria	de Administração, Finanças ou Planejamento
7 Outra 8 Não sabe	3				comissão estadual específica

Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD):  34 - O estado disponibilizou para seus servidores cursos sobre segurança da informação em meios eletrônicos e proteção de dados nos últimos 24 meses?  1 Sim 2 Não 3 Não sabe  35 - O estado disponibilizou canais de atendimento pela Internet para os cidadãos enviarem mensagens sobre o uso de seus dados pessoais pelo estado?  1 Sim 2 Não 3 Não sabe  36 - O estado possui regulamentação ou lei estadual específica sobre a LGPD, que identifica os papéis e responsabilidades de áreas ou setores do governo?  1 Sim 2 Não 3 Não sabe
34 - O estado disponibilizou para seus servidores cursos sobre segurança da informação em meios eletrônicos e proteção de dados nos últimos 24 meses?  1 Sim 2 Não 3 Não sabe  35 - O estado disponibilizou canais de atendimento pela Internet para os cidadãos enviarem mensagens sobre o uso de seus dados pessoais pelo estado?  1 Sim 2 Não 3 Não sabe  36 - O estado possui regulamentação ou lei estadual específica sobre a LGPD, que identifica os papéis e responsabilidades de áreas ou setores do governo?
1 Sim 2 Não 3 Não sabe  35 - O estado disponibilizou canais de atendimento pela Internet para os cidadãos enviarem mensagens sobre o uso de seus dados pessoais pelo estado?  1 Sim 2 Não 3 Não sabe  36 - O estado possui regulamentação ou lei estadual específica sobre a LGPD, que identifica os papéis e responsabilidades de áreas ou setores do governo?
<ul> <li>35 - O estado disponibilizou canais de atendimento pela Internet para os cidadãos enviarem mensagens sobre o uso de seus dados pessoais pelo estado?</li> <li>1 Sim 2 Não 3 Não sabe</li> <li>36 - O estado possui regulamentação ou lei estadual específica sobre a LGPD, que identifica os papéis e responsabilidades de áreas ou setores do governo?</li> </ul>
estado?  1 Sim 2 Não 3 Não sabe  36 - O estado possui regulamentação ou lei estadual específica sobre a LGPD, que identifica os papéis e responsabilidades de áreas ou setores do governo?
36 - O estado possui regulamentação ou lei estadual específica sobre a LGPD, que identifica os papéis e responsabilidades de áreas ou setores do governo?
do governo?
1 Sim 2 Não 3 Não sabe
37 - A pessoa responsável pela informação foi identificada:
1 Sim, no bloco
37.1 - Nome do responsável pela informação:
2 Não 37.2 - Cargo: 37.2 - Cargo:
37.3 - Telefone: Assinatura:
OBSERVAÇÕES

LIA DITA O Ã O							
HABITAÇÃO (Continua)							
1 - Como caracteriza-se a estrutura organizacional responsável pela habitação no estado?							
Considere como estrutura organizacional a unidade do governo estadual que trata do tema, podendo ou não ser de primeiro escalão. Considere como secretaria a unidade organizacional do governo estadual de primeiro escalão, cuja denominação pode variar de acordo com a forma de organização de cada prefeitura, podendo ser chamada de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outros. Setor é a parte organizacional do governo sem <i>status</i> de secretaria, ou seja, que não faz parte do primeiro escalão do governo estadual.							
Secretaria estadual exclusiva  Secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais  Setor subordinado a outra secretaria							
Sotor subordinado diretamento							
4 de chefia do Executivo 5 Órgão da administração indireta 6 (passe para o quesito 7)							
2 - Nome do órgão gestor da habitação:							
3 - Sexo do(a) titular do órgão gestor: 1 Masculino 2 Feminino 4 - Idade do(a) titular do órgão gestor:							
5 - Cor ou raça do(a) titular do órgão gestor: 5.1 - Este quesito foi respondido pelo(a) próprio(a) titular do órgão gestor? 1 Sim 2 Não							
1 Branca 2 Preta 3 Parda 4 Indígena 5 Amarela							
6 - Escolaridade do(a) titular do órgão gestor:							
Ensino fundamental (1º Grau) incompleto - do antigo primário até o ginasial, sem ter concluído todo o 1º grau (1ª a 9ª ano);							
Ensino médio (2º Grau) incompleto - o antigo científico, normal, clássico ou equivalente e sem ter concluído todo o 2º grau;							
Ensino superior incompleto - graduação superior não concluída;							
Especialização - compreende curso de especialização e aperfeiçoamento da graduação concluído.							
Mestrado ou doutorado - compreende curso de mestrado ou doutorado concluídos.							
Ensino fundamental (1º Grau) incompleto 2 Ensino fundamental (1º Grau) completo							
3 Ensino médio (2º Grau) incompleto 4 Ensino médio (2º Grau) completo							
5 Ensino superior incompleto 6 Ensino superior completo 7 Especialização							
8 Mestrado 9 Doutorado							
7 - O estado possui Plano Estadual de Habitação? 1 Sim 2 Não (passe para o quesito 9)							
8 - São aspectos do Plano Estadual de Habitação: (admite múltipla marcação)							
Integração das ações em habitação com as demais políticas urbanas e sociais, de forma a garantir o direito à habitação como direito à cidade  Garantia do melhor aproveitamento da infraestrutura instalada e das edificações existentes							
Promoção da urbanização e recuperação física de favelas e loteamentos precários, bem como a regularização fundiária desses assentamentos e a melhoria das moradias existingados de favelas de risco ou por necessidade de obra de urbanização, do atendimento habitacional das famílias a serem removidas							
Restrição de novas ocupações por assentamentos  Restrição de novas unidades							
Articulação das instâncias municipal, estadual e federal de							
8.7 política e financiamento habitacional, visando a otimização 8.8 Priorização das ações nas áreas de risco 8.9 Outros dos recursos disponíveis							
9 - O estado realizou alguma Conferência Estadual de Habitação <b>nos últimos 4 anos</b> ?							
Sim 9.1- Foram consideradas como elementos de referência para a elaboração e desenvolvimento do Plano Estadual de Habitação as deliberações das conferências realizadas?							
1 O estado não possui plano 2 Sim 3 Não 4 Não, as conferências foram realizadas após a elaboração do plano							
2 Não							
10 - O estado possui Conselho Estadual de Habitação ou similar?							
1 Sim 10.1 - Lei/ano de criação: 10.2 - O Conselho é:							
10.1 - Leirano de chação.  10.2 - O Conseino e:							
2 Não (passe para o quesito 16)							

HABITAÇÃO (Conclusão)
11 - Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação) 11.1 Consultivo 11.2 Deliberativo 11.3 Normativo 11.4 Fiscalizador
12 - Quantidade de reuniões (presenciais ou remotas) realizadas pelo Conselho nos últimos 12 meses:
14 - O estado realiza capacitação para os membros do Conselho? 14.1 Periodicamente 14.2 Ocasionalmente 14.3 Não realiza (admite dupla marcação)
15 - O estado disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho?
1 Sim 15.1 - Quais? (admite múltipla marcação)
2 Não 15.1.1 Sala própria 15.1.2 Computador 15.1.3 Impressora 15.1.4 Acesso à internet
15.1.5 Veículo próprio 15.1.6 Telefone 15.1.7 Diárias 15.1.8 Dotação orçamentária própria
15.1.9 Transporte/Locomoção
16 - O estado possui Fundo Estadual de Habitação ou similar?
1 Sim 16.1 - O conselho gestor do Fundo é o Conselho Estadual de Habitação ou similar?
1 Sim 2 Não 3 O fundo possui um conselho gestor próprio
2 Não (passe para o quesito 18)
17 - O Fundo Estadual de Habitação reúne todos os recursos orçamentários e de outras fontes destinados aos programas habitacionais?  Sim 2 Não
18 - O estado possui cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais?
Se existe cadastro ou levantamento de famílias interessadas em programas habitacionais, informe o ano em que foi realizado o cadastro ou o levantamento. Caso o cadastro ou levantamento tenha sido atualizado, considere o ano da última atualização.
1 Sim 18.1 - Em que ano foi realizado? 18.2 - O cadastro é informatizado? 18.3 - O cadastro inclui a natureza do benefício
habitacional pretendido pelas famílias?  Não  1 Sim 2 Não
2 Não 1 Sim 2 Não
19 - Foram realizados pelo governo estadual, nos anos de 2022 e/ou 2023, programas ou ações de: (admite múltipla marcação)
19.1 Construção de unidades habitacionais 19.2 Aquisição de unidades habitacionais
19.3 Melhoria de unidades habitacionais 19.4 Oferta de material de construção
19.5 Oferta de lotes 19.6 Regularização fundiária
19.7 Urbanização de assentamentos 19.8 Nenhum dos programas ou ações
20 - O governo estadual tem algum programa que conceda o benefício do aluguel social?
O aluguel social é um benefício assistencial de caráter temporário, destinado a atender necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco, desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária ou calamidade pública.
1 Sim 2 Não
21 - A pessoa responsável pela informação foi identificada em outro bloco:
1 Sim, no bloco
21.1 - Nome do responsável
pela informação:
2 Não <b>2</b> 21.2 - Cargo:
21.3 - Telefone:
OBSERVAÇÕES

	TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	(Continua)					
1 - Como caracteriza-se a estrutura organizacional responsável pelo transporte no estado?							
Considere como estrutura organizacional a unidade do governo estadual que trata do tema, podendo ou não ser de primeiro escalão. Considere como secretaria a unidade organizacional do governo estadual de primeiro escalão, cuja denominação pode variar de acordo com a forma de organização de cada prefeitura, podendo ser chamada de Secretaria, Divisão, Diretoria, dentre outros. Setor é a parte organizacional do governo sem <i>status</i> de secretaria, ou seja, que não faz parte do primeiro escalão do governo estadual.							
Secretaria estadual exclusiva	Secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais	Setor subordinado a outra secretaria					
Setor subordinado diretamente à chefia do Executivo	5 Órgão da administração indireta 6	Não possui estrutura (passe para o quesito 7)					
2 - Nome do órgão gestor do transporte:							
3 - Sexo do(a) titular do órgão gestor: 1 Masculino	2 Feminino 4 - Idade do(a) titular do	órgão gestor:					
5 - Cor ou raca do(a) titular do órgão gestor:	1 - Este quesito foi respondido pelo(a) próprio(a) titular	r do órgão gestor? 1 Sim 2 Não					
1 Branca 2 Preta 3 Parda	4 Indígena 5 Amarela						
6 - Escolaridade do(a) titular do órgão gestor:							
Ensino fundamental (1º Grau) incompleto - do	antigo primário até o ginasial, sem ter concluído todo	o 1º grau (1ª a 9ª ano);					
Ensino médio (2º Grau) incompleto - o antigo	científico, normal, clássico ou equivalente e sem ter co	ncluído todo o 2º grau;					
Ensino superior incompleto - graduação supe	ior não concluída;						
Especialização - compreende curso de especia	ização e aperfeiçoamento da graduação concluído.						
Mestrado ou doutorado - compreende curso de	mestrado ou doutorado concluídos.						
1 Ensino fundamental (1º Grau) incompl	eto 2 Ensino fundamental ( 1º Grau) c	ompleto					
3 Ensino médio (2º Grau) incompleto	4 Ensino médio (2º Grau) complete	0					
5 Ensino superior incompleto	6 Ensino superior completo	7 Especialização					
8 Mestrado	9 Doutorado						
7 - O estado possui Plano Estadual de Transporte?	1 Sim 2 Não (passe para o quesito 9)	ı					
8 - São aspectos do Plano Estadual de Transporte: (a	ndmite múltipla marcação)						
Os serviços de transporte público coletivo intermunicipal	A estrutura e a forma de organiza intermunicipal, bem como suas re	ação do sistema de transporte público egras básicas de funcionamento					
8.3 A política tarifária	O apoio, promoção a integração a áreas que ultrapassem os limites						
A operação do sistema metropolitano de transportes públicos de passageiro	A fiscalização do sistema metropo de transportes públicos de passa						
9 - O estado possui Conselho Estadual de Transporte	ou similar?						
1 Sim 9.1 - Lei/ano de criação:	9.2 - O Conselho é:	Tom major represents					
	1 Paritário 2 Tem maior rep tação governa						
2 Não (passe para o quesito 15)							
10 - Caráter do Conselho: (admite múltipla marcaçã	o) 10.1 Consultivo 10.2 Deliberativo 10	0.3 Normativo 10.4 Fiscalizador					
11 - Quantidade de reuniões (presenciais ou remotas) realizadas pelo Conselho nos últimos 12 meses:	12 - Número de conselh	eiros (titulares e suplentes):					
13 - O estado realiza capacitação para os membros do (admite dupla marcação)	Conselho? 13.1 Periodicamente 13.2	Ocasionalmente 13.3 Não realiza					

	TRANSPORTE E MOBI	LIDADE URBANA	(Continua)
14 - O estado disponibiliza infraestrutura para o funciona	amento do Conselho?		
1 Sim - 14.1 - Quais? (admite múltipla	a marcação)		
2 Não 14.1.1 Sala própria	14.1.2 Computador	14.1.3 Impressora 1	4.1.4 Acesso à internet
14.1.5 Veículo próprio	14.1.6 Telefone	14.1.7 Diárias 1	4.1.8 Dotação orçamentária própria
14.1.9 Transporte/Loca	omoção		
15 - O estado possui Fundo Estadual de Transporte ou	similar?		
1 Sim 15.1 - O conselho gestor do Fundo			
1 Sim 2 Não	3 O fundo possui um co	onselho gestor próprio	
2 Não (passe para o quesito 17)			
16 - O Fundo Estadual de Transporte tem financiado aç jetos para questões do transporte nos últimos 12 m		2 Não	
17 - Existe no estado transporte coletivo por ônibus inte	ermunicipal?		
1 Sim 17.1 - Especifique o tipo de re	egulamentação: (admite múlti	pla marcação)	
17.1.1 Concessão	17.2 - Foi concedida atr	avés de licitação? 1 S	im 2 Não
17.1.2 Permissão	17.3 - Foi concedida atr	avés de licitação? 1 S	im 2 Não
17.1.3 Autorização	17.1.4 Serviço prestado	diretamente pelo estado	17.1.5 Não regulamentado
Não ( passe para o quesito 21)			
18 - Dentre os passageiros abaixo relacionados, quais ¡	possuem isenção formal da tar	rifa do ônibus? (admite mu	últipla marcação)
18.1 Maiores de 60/65 anos 18.2 Estu	dantes da rede pública	18.3 Estudantes	da rede privada
18.4 Carteiros 18.5 Pess	soas com deficiência	18.6 Policiais	
18.7 Professores 18.8 Criar	ncas menores de 5 anos	18.9 Outros	18.10 Nenhum passageiro
10.7 Fibressores 10.0 Shar	nção monores de o anos	To.9 Outros	10.10 Neillium passagello
19 - A frota de ônibus está adaptada para pessoas com	n deficiência ou mobilidade red	uzida?	
1 Parcialmente adaptada 2 Totalmen	nte adaptada 3 Sen	n adaptação <b>(passe para</b> o	o quesito 21)
20 - Qual o tipo de adaptação para o embarque e dese	mbarque adotada? (admite m	últipla marcação)	
20.1 Pico hoixe 20.2 Piso alto com acesso		Piso alto equipado com p	plata-
20.1 Piso baixo 20.2 de embarque/desem	barque 20.3	forma elevatória veicular	20.4 Não sabe informar
21 - Existe no estado transporte coletivo intermunicipal	ferroviário (trem ou metrô)? 1	Sim 2 Não	(passe para o quesito 24)
22 - Dentre os passageiros abaixo relacionados, quais p	possuem isenção da tarifa no t	ransporte intermunicipal fe	erroviário? (admite múltipla marcação)
22.1 Maiores de 60/65 anos 22.2 Estu	udantes da rede pública	22.3 Estudantes	s da rede privada
22.4 Carteiros 22.5 Pes	ssoas com deficiência	22.6 Policiais	
22.7 Professores 22.8 Cria	anças menores de 5 anos	22.9 Outros	22.10 Nenhum passageiro
23 - O sistema estadual de transporte coletivo intermun	nicipal ferroviário está adaptado	o para pessoas com deficié	ència ou mobilidade reduzida?
1 Sim, parcialmente adaptado 2	Sim, totalmente adaptado	3 Não	
24 - Existe no estado transporte coletivo intermunicipal	hidroviário? Considera tomb	óm o transporto coletivo in	tormunicipal foits per balace
1 Sim 2 Não	midioviano? Considere tamb	em o transporte coletivo in	пеннинныран тепо рог равьав.

TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	(Conclusão)
25 - A pessoa responsável pela informação foi identificada:	
1 Sim, no bloco	
25.1 - Nome do responsável	
2 Não 25.2 - Cargo:	
25.3 - Telefone:	
OBSERVAÇÕES	

Programa ou ação de acesso facilitado a:			Forma de acesso: (admite múltipla marcação)								
		Distr	ibuição	gratuita	Mais baratos	A pr	eço de mercado, p	orém financiados	Outra forma		
3.1 - Sementes	1	Sim Não	<b>→</b>	1:	3.1.1.1		13.1.1.2		13.1.1.3		13.1.1.4
3.2 - Mudas	1 2	Sim Não	<b>→</b>	1	13.2.1.1	1	13.2.1.2		13.2.1.3		13.2.1.4
3.3 - Adubos	1 2	Sim Não	<b>→</b>	1	13.3.1.1	ı	13.3.1.2		13.3.1.3		13.3.1.4
13.4 - Ração ou forragem	1 2	Sim Não	<b>→</b>	1	13.4.1.1	ı	13.4.1.2		13.4.1.3		13.4.1.4
13.5 - Alevinos São peixes recém saídos do ovo.	1 2	Sim Não	<b>→</b>	1	13.5.1.1	1	13.5.1.2		13.5.1.3		13.5.1.4
13.6 - Outros insumos 1	Sim	2	Não								
nudas transgênicas. Agricultura familiar – model como a principal fonte de ren Aquicultura - técnicas de cul cilhões), algas e outros orgar  15.1 - Agricultura orgânic  15.3 - Aquicultura:	da. Itivo não nismos o	só de	peixes,	mas ta	ambém	de crusta		amarão 15.2 - <i>i</i>		cos (como ostras,	
15.5 - Produção de horta	s comur	nitárias	: 1	Sim	2	Não					
- O estado desenvolve prog	rama ou	ı ação	para es	timular	a agroi	indústria?	? 1 Sim	2	Não		
<ul> <li>O estado promove ou apoi</li> <li>17.1 - Festividades perió</li> <li>17.2 - Premiação ou form</li> </ul>	dicas rel				•					m 2 Não	
- O estado desenvolve prog agropecuário (ex.: cisterna									1 Sim	2 Não	
- Órgão público que atua na		ncia té 9.2		ou exte			stado: <b>(admite r</b> Órgão federal	<b>últipla</b> 19.4	marcação)  Não existe		
										porrolatas aus no	suom oosyê-
<ul> <li>Instituições que prestam a com o estado:</li> <li>Instituições públicas</li> </ul>			nstituiçõ			eja em as	SISTERICIA TECHICA		ao fural du afeas	correlatas que pos	suem conven
						-	Instituições pú	blicas e	privadas 4	Não possui co	nvênio
- Prestadores de serviços de (admite múltipla marcaçã		ência té	écnica e	e/ou ext			, ,		<u>'</u>		

	AGROPECUÁRIA	(Conclusão)
22 - O estado desenvolve programa ou ação:		
22.1 - De cunho social em apoio específico ao produtor agropecuário	2.1.1 - Área: (admite múltipla marcação)  Educação (cursos de formação ou capacitação)  22.1.1.2 Said Said Said Said Said Said Said Said	úde ou higiene ra
22.2 - Para fomentar o artesanato junto às comunidades rurais		ímulo ao ociativismo ra
23 - Entidades de associativismo ou representação de produtores a	agropecuários com registro oficial no governo estadual: (admite	e múltipla marcação)
23.1 Sindicatos rurais 23.2 Associações de pro		
24 - Infraestrutura de comercialização e exposição de produtos agropecuár	rios existente no estado: (admite múltipla marcação)	
24.1 Centro de comercialização 24.2 Feiras	24.3 Parque de exposição próprio para uso do produto	r agropecuário
24.4 Centro de comercialização de produtos da extração ve		• .
		macsuutura
25 - Programa ou ação para aquisição de produtos agropecuários desenvol		
25.1 Aquisição diretamente dos produtores 25.2	Aquisição através de entidades (associações, cooperativas et	
25.3 Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura	Familiar (PAA) 25.4 Outro 25.5 Nenhu	m programa ou ação
26 - Programa ou ação para vacinação de rebanho desenvolvido pelo estado	do:	
1 Sim 26.1 - Tipo de programa: (admite múltipla m	narcação) -> 26.2 - São relativos a: (admite múltipla n	narcação)
2 Não 26.1.1 Vacinação gratuita de rebanhos	26.2.1 Bovinos 26.2.2	Bubalinos
26.1.2 Acesso a vacinas mais baratas	ou financiadas 26.2.3 Suínos 26.2.4	Aves
26.1.3 Outro	26.2.5 Equinos 26.2.6	Asininos/muares
	26.2.7 Caprinos/ovinos 26.2.8	Outros
27 - A pessoa responsável pela informação já foi identificada:		
1 Sim, no bloco		
2 Não 27.1 - Nome do responsável pela informação:		
27.2 - Cargo:		
27.3 - Telefone:		
C	DBSERVAÇÕES	

Legislação	Número e ano da lei
16.18 Reserva de vagas no ensino superior para povos ciganos	16.18.1
16.19 Educação para as relações étnico-raciais	16.19.1
16.20 Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial	16.20.1
16.21 Estatuto estadual de Igualdade Racial	16.21.1
16.22 Atenção à saúde dos povos indígenas	16.22.1
16.23 Atenção à saúde da população quilombola	16.23.1
16.24 Atenção à saúde dos povos ciganos	16.24.1
16.25 Nenhuma legislação citada	,
Tomana ogodajao otada	
17 - O estado possui Plano Estadual de Igualdade Racial?  1 Sim, regulamentado por instrumento legal 17.1 - Qual instrumento? 17.2 - Núm	pero e ano:
1 Lei 2 Decreto	ioro e ano.
3 Portaria 4 Outro	
2 Sim, não é regulamentado por instrumento legal 17.3 - Ano em que o plano foi elaborad	o:
3 Em elaboração (passe para o quesito 19) 4 Não (passe para o quesito 19)	
18 - O desenvolvimento do Plano Estadual de Igualdade Racial é avaliado anualmente?	
1 Sim 18.1 - A avaliação anual do Plano é realizada pelo: (admite múltipla marcação)	
2 Não	Estadual de Igualdade Racial
Grupo de Trabalho Intersetorial ou 18.1.4 Outro	18.1.5 Não sabe informar
19 - O município possui Conselho Estadual de Igualdade Racial?	
1 Sim 19.1 - Lei/ano de criação: 19.2 - O conselho é:	
/       1 Paritário 2 Tem maior retação govern	
2 Não (passe para o quesito 26)	ŕ
20 - Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação) 20.1 Consultivo 20.2 Deliberativo	20.3 Normativo 20.4 Fiscalizador
21 - Quantidade de reuniões (presenciais ou remotas) realizadas pelo Conselho nos últimos 12 meses:	eiros (titulares e suplentes):
23 - O estado realiza capacitação para os membros do Conselho? 23.1 Periodicamente 23.2 (admite dupla marcação)	Ocasionalmente 23.3 Não realiza
24 - O estado disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho?	
1 Sim — 24.1 - Quais? (admite múltipla marcação)	
2 Nao	4.1.4 Acesso à internet
	4.1.8 Dotação orçamentária própria
24.1.9 Transporte/Locomoção	

IGUALDA	DE RACIAL	(Continua)
37 - O estado realiza capacitação para os membros do Conselho? 37.1 (admite dupla marcação)	Periodicamente 37.2 Ocasionalmente 37.2	7.3 Não realiza
38 - O estado disponibiliza infraestrutura para o funcionamento do Conselho?	?	
1 Sim 38.1 - Quais? (admite múltipla marcação)		
2 Não 38.1.1 Sala 38.1.2 Computador	38.1.3 Impressora 38.1.4 Acesso à inte	rnet
38.1.5 Veículo 38.1.6 Telefone	38.1.7 Diárias 38.1.8 Dotação orça	mentária própria
38.1.9 Transporte/Locomoção	, ,	
39 - O Conselho é composto por representante: (admite múltipla marcação)		
39.1 Governamental da área de igualdade racial 39.2 Governa	mental da área de saúde 39.3 Governa educaçã	mental da área de o
39.4 Governamental de outras áreas 39.5 Do movir	mento negro 39.6 Da juver	ntude negra
39.7 Dos quilombolas 39.8 De povos cig	ganos 39.9 Dos indíg	genas
Demais povos e comunidades tradicionais  De pesquisa de ensino e	adores de instituições 39.12 Da comu	nidade LGBTQIAPN+
	ções de enfrentamento 39.15 De organ das mulh	ização de direitos eres
40 - Existe no estado: (admite múltipla marcação)		
Comitê/Comissão	Número e ano da lei, portaria ou decreto	Quantidade de reuniões nos últimos 12 meses
40.1 Defesa da liberdade religiosa	40.1.1a / _	40.1.2b
40.2 Saúde da população negra	40.2.1a / /	40.2.2b
40.3 Afroturismo e turismo étnico	40.3.1a / / / / / / / / / / / / / / / / / / /	40.3.2b
40.4 Afroempreendedorismo ou similares	40.4.1a / / / / / / / / / / / / / / / / / / /	40.4.2b
40.5 Enfrentamento à violência contra a juventude negra	40.5.1a         /	40.5.2b
Reconhecimento, proteção e preservação do patrimônio e da cultura afro-brasileira	40.6.1a / /	40.6.2b
40.7 Enfrentamento ao racismo religioso	40.7.1a / /	40.7.2b
40.8 Educação para relações étnico-raciais	40.8.1a	40.8.2b
40.9 Acompanhamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas para a promoção da igualdade racial	40.9.1a / / / / / / / / / / / / / / / / / / /	40.9.2b
Reconhecimento, proteção e preservação do patrimônio e da cultura dos povos ciganos	40.10.1a	40.10.2b
Reconhecimento, proteção e preservação do patrimônio e da cultura indígena	40.11.1a	40.11.2b
40.12 Nenhum comitê ou comissão		
41 - Nos últimos quatro anos, foi realizada Conferência Estadual de Promoção  1 Sim + 41.1 - Quando? (admite múltipla marcação)  41.1.1 2020 41.1.2 2021 41.1.3	o da Igualdade Racial?  2022 41.1.4 2023	
2 Não (passe para o quesito 44)		

IGUALDA	ADE RACIAL (Continua)
42 - Participaram da conferência representantes:	
42.1 Do movimento negro 42.2 Da juventude	negra 42.3 Dos quilombolas
42.4 Dos povos ciganos 42.5 Dos indígena	Dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e povos de terreiros
	ões de enfrentamento 42.9 Nenhum dos relacionados discriminação racial
43 - As deliberações das conferências realizadas foram consideradas como Estadual de Igualdade Racial?	elementos de referência para a elaboração e desenvolvimento do Plano
1 Sim 2 Não 3 Não, as conferências foram rea zadas após a elaboração do pl	
44 - O estado criou o Fórum de Gestores Municipais de Promoção da Igualda	ade Racial?
1 Sim 44.1 - Em que ano? 2	Não
45 - O estado possui Fundo Estadual de Promoção da Igualdade Racial?	
	lho gestor do Fundo?
	o Conselho Estadual de Igualdade Racial     á um conselho gestor (próprio ou compartilhado com outra função)
2 Não (passe para o quesito 48) 3 Não	a um comocino gestor (proprio ca compartimado com catta tangao)
46 - Qual a origem dos recursos orçamentários do Fundo Estadual de Promo	ção da Igualdade Racial? <b>(admite múltipla marcação)</b>
46.1 Recursos próprios do estado 46.2	União
46.3 Entidades/organismos privados nacionais 46.4	Entidades/organismos internacionais
46.5 Não sabe informar 46.6	Nenhum dos relacionados
47 - O Fundo Estadual de Promoção da Igualdade Racial reúne todos os rec mentários e de outras fontes destinados à política de promoção de igua	
48 - Qual a origem dos recursos financeiros da política de promoção da igua	dade racial no estado? (admite múltipla marcação)
48.1 Recursos próprios do estado 48.2 União	48.3 Entidades/organismos privados nacionais
48.4 Entidades/organismos internacionais 48.5 Não s	sabe informar 48.6 Nenhum dos relacionados
49 - Houve previsão do orçamento estadual para a política de promoção da	igualdade racial em <b>2023</b> ?
1 Sim	o percentual sem casa decimal.)
2 Não (passe para o quesito 51) 3 Não sabe (passe p	ara o quesito 51)
2 Mao (passe para o questro o i) 3 Mao sabe (passe p	ara o quesito 31)
50 - Quanto do orçamento estadual previsto para a política de promoção da	
1 0 2 até 10% 3 de 11% a 20% 4	de 21% a 30% 5 de 31% a 40% 6 de 41% a 50%
7 de 51% a 60% 8 de 61% a 70% 9  12 Não sabe informar	de 71% a 80% 10 de 81% a 90% 11 Mais de 90%
12 Nac Sabe Informati	
51 - A gestão estadual desenvolve política e/ou programa para: (admite mú	ltipla marcação)
51.1 Promoção da liberdade religiosa	51.2 Proteção às pessoas vítimas de violência por racismo religioso
51.3 Promoção à igualdade racial e/ou ao enfrentamento ao racismo	51.4 Enfrentamento à discriminação racial no setor privado
51.5 Enfrentamento ao racismo institucional na administração pública estadual	Fecrutamento e gestão de pessoas no setor público com perspectiva racial
51.7 Saúde da população negra	51.8 Promoção dos direitos das mulheres negras
51.9 Promoção de direitos de jovens negros e negras	51.10 Enfrentamento à violência contra jovens negros e negras

		IGUALDADE RACIAL	(Continua)
51.11	Reconhecimento, proteção e preservação do patrimônio e da cultura afro-brasileira	51.12 Pr	romoção dos direitos dos quilombolas
51.13	Reconhecimento, proteção e preservação do patrimônio e da cultura indígena	51.14 Pr	romoção de direitos dos povos indígenas
51.15	Reconhecimento, proteção e preservação do patrimônio e da cultura dos povos ciganos	51.16 Pr	romoção de direitos dos povos ciganos
51.17	Promoção do protagonismo da juventude de povos e comunidades tradicionais	51.18 Af	froturismo e turismo étnico
51.19	Educação para relações étnico-raciais	51.20 Ne	enhum dos itens relacionados
52 - Exis	ste, de responsabilidade da gestão estadual, Centro o	de Referência de Promoção da I	gualdade Racial ou similar?
1	Sim - 52.1 - Registre a quantidade de centro	os existentes:	
2	Não 52.1.1 - Na capital: 52	2.1.2 - Em outros municípios:	52.1.3 - Total:
53 - Exis	ste, de responsabilidade da gestão estadual, Centro o	de Cultura Afro-brasileira?	
1	Sim - 53.1 - Registre a quantidade de centro		
2	Não 53.1.1 - Na capital: 53	3.1.2 - Em outros municípios:	53.1.3 - Total:
54 - O e	stado realizou algum levantamento dos terreiros loca	alizados no seu território? 1	Sim - 54.1 - Em que ano?
		2	Não 3 Não sabe informar
	ste no estado Delegacia de Crimes ciais e Religiosos ou similar?	enas na capital 2 Sim, na	a capital e em outros municípios 3 Não
56 - O e	estado é responsável por executar programas e/ou aç	ções para os povos ciganos?	
Doo	<b>cumentação civil</b> - documentação básica (Certidão o Frabalho e Previdência Social – CTPS, Título de Eleit	de Nascimento, Carteira de Iden lor)	tidade – RG, Cadastro de Pessoa Física – CPF, Carteira
1	Sim - 56.1 - Em quais áreas? (admite múltip	·	
'	56.1.1 Regularização fundiária		1.3 Educação 56.1.4 Assistência social
2	Não 56.1.5 Segurança pública	56.1.6 Cultura 56.	1.7 Saúde 56.1.8 Documentação civil
	56.1.9 Outra		
57 - O es	stado tem conhecimento, da existência em seu territó	orio, de acampamento ou rancho	cigano <b>permanente</b> ? 1 Sim 2 Não
	stado possui órgão responsável por receber, registral	e acompanhar denúncias de vi	olação de direitos étnico-raciais?
1 S	im — 58.1 - Qual a natureza do órgão?		
	58.1.1 Ouvidoria de direitos hum	nanos 58.1.2	Ouvidoria exclusiva/específica de igualdade racial
	58.1.3 Ouvidoria policial ou de s	serviço de segurança 58.1.4	Conselhos, comitês, comissões de cidadania ou similar
	58.1.5 Serviço de assistência ju	rídica 58.1.6	Serviço de defesa ao cidadão
	58.1.7 Serviço de assistência so	ocial 58.1.8	Não sabe informar
2	Não <b>(passe para o quesito 61)</b>		
59 - Qua	al o principal papel que órgão responsável por recebe mite múltipla marcação)	er, registrar e acompanhar denúr	ncias de violação de direitos étnico-raciais desempenha?
59.1			
59.2	Encaminhar para a rede de atendimento de sau	úde e de assistência social que l	idam com violações de direitos
59.3	Encaminhar para os órgãos de investigação (P	or exemplo, corregedorias e dele	egacias de polícia.)
59.4	Encaminhar para os órgãos de responsabilizaç	ão (órgãos do sistema de justiça	a, defensorias públicas, etc.)
59.5	Não sabe informar		

IGUALDADE RACIAL (Continua)
60 - Quais instrumentos utilizados pelo estado para receber denúncias de violação de direitos étnicos-raciais? (admite múltipla marcação)
60.1 Telefone 60.2 Página na internet 60.3 Redes sociais 60.4 Correio 60.5 E-mail 60.6 Outros
61 - A pessoa responsável pela informação foi identificada em outro bloco?
1 Sim, no bloco
1 Sini, no bioco
61.1 - Nome do responsável pela informação:
2 Não <b>6</b> 1.2 - Cargo:
61.3 - Telefone:     _
OBSERVAÇÕES